



# CONGRESSO NACIONAL

## EMENDAS

Apresentadas perante a Comissão Mista destinada a apreciar o **Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 6, de 2020**, que *"Abre ao Orçamento Fiscal da União, em favor de Operações Oficiais de Crédito, crédito especial no valor de R\$ 336.700.811,00, para os fins que especifica."*

PARLAMENTARES	EMENDAS NºS
Deputado Federal João H. Campos (PSB/PE)	001

**TOTAL DE EMENDAS: 1**





**CONGRESSO NACIONAL**  
COMISSÃO MISTA DE PLANOS, ORÇAMENTOS PÚBLICOS E FISCALIZAÇÃO

**EMENDA AO PROJETO DE LEI DO CONGRESSO NACIONAL Nº 6, DE 2020**

**PLN: 6/2020**

**EMENDA Nº**

**EMENDA MODIFICATIVA**

O **Texto**, com nova redação, e o **Plano de Trabalho**, acrescido de quadros para **aplicação** e respectivo **cancelamento**, constantes do PLN nº 6, de 27 de março de 2020 - CN, passam a vigorar da com a seguinte redação:

“O **CONGRESSO NACIONAL** decreta:

Art. 1º Tendo em vista a vigência do Decreto Legislativo nº 6, promulgado em 20 de março de 2020, o qual reconhece a ocorrência do estado de calamidade pública no País, fica aberto ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.978, de 17 de janeiro de 2020), em favor de Operações Oficiais de Crédito, **créditos adicionais** no valor de R\$ 503.054.211,00 (quinhentos e três milhões, cinquenta e quatro mil e duzentos e onze reais), para atender às programações constantes do Anexo I e II.

Art. 2º Em virtude dos efeitos decorrentes do Decreto, até 31 de dezembro de 2020, motivados pela adoção de medidas emergenciais de saúde pública para o combate à pandemia do Corona Vírus (COVID-19), não se aplicará, pelo período em que durar o enfrentamento da doença, o disposto no arts. 109, da Seção II (Das Emendas) e 111, da Seção III (Dos Créditos Extraordinários Abertos por Medida Provisória), previstos na Resolução nº 1, de 22 de janeiro de 2006-CN, desde que identificada, no Plano de Trabalho, a fonte de cancelamento.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

**UNIDADE: 74101 - Recursos sob Supervisão da Secretara do Tesouro Nacional - Ministério da Economia**

### Crédito Adicional (Especial)

**ÓRGÃO: 71000 - Encargos Financeiros da União**

**UNIDADE: 71101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia**

## ANEXO II

**Crédito Adicional (Suplementar)**  
**Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
0909		Operações Especiais: Outros Encargos Especiais							166.353.400
0910		Operações Especiais: Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais							
		Operações Especiais							
28846	09100221	Contribuição à Organização Mundial de Saúde - OMS (MS)							166.353.400
28846	091002210002	Contribuição à Organização Mundial de Saúde - OMS (MS) - Exterior							166.353.400
			F	3	2	80	0	100	166.353.400
TOTAL - FISCAL									166.353.400
TOTAL - SEGURDADE									0
TOTAL - GERAL									166.353.400

ÓRGÃO: 75000 - Dívida Pública Federal

UNIDADE: 75101 - Recursos sob Supervisão do Ministério da Economia

ANEXO III

PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

							Crédito Adicional
							Recursos de Todas as Fontes R\$ 1,00
FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD IU FTE	VALOR
0905		Operações Especiais: Serviço da Dívida Interna (Juros e Amortizações)					424.229.119
		Operações Especiais					
28843	09050455	Serviço da Dívida Pública Interna					424.229.119
28843	090504550001	Serviço da Dívida Pública Interna - Nacional					424.229.119
			F	2	0	90 0 144	424.229.119
0907		Operações Especiais: Refinanciamento da Dívida Interna					78.825.092
28841	09070365	Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna					78.825.092
28841	090703650001	Refinanciamento da Dívida Pública Mobiliária Federal Interna - Nacional					78.825.092
			F	6	0	90 0 143	78.825.092
TOTAL - FISCAL							503.054.211
TOTAL - SEGURDADE							0
TOTAL - GERAL							503.054.211

## JUSTIFICAÇÃO

Através de operações especiais o Brasil contribui para organismos internacionais na rubrica “Gestão da Participação em Organismos e Entidades Nacionais e Internacionais”. Embora tematicamente os organismos fiquem vinculados aos órgãos respectivos (Saúde, no caso), a despesa é inscrita e administrada pelo ministério da Economia.

Uma das parcerias feitas com entidades multilaterais é feita através da Organização Mundial da Saúde (OMS), agência de Saúde Pública integrante do Sistema Nações Unidas, fundada em 7 de abril de 1948 (Dia Mundial da Saúde).

O objetivo da OMS é desenvolver a Saúde no planeta, através da ampliação dos sistemas locais, capacitação de agentes, elaboração de parâmetros internacionais de atendimento e estatísticas de doenças e tratar da construção de regulamentos sanitários. Trata-se não apenas de evitar enfermidades, mas do estado de completo bem-estar físico, mental e social de todos os povos.

Para implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS (Objetivos Globais) até 2030 é entidade central para o alcance das metas de Saúde, através do ODS 3: “Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todas as pessoas, em todas as idades”.

Dentre as 9 metas e 4 submetas do ODS estão, até 2030, “a) reduzir a taxa de mortalidade materna global para menos de 70 mortes por 100 mil nascidos vivos; b) acabar com as mortes evitáveis de recém-nascidos e crianças menores de 5 anos, com todos os países objetivando reduzir a mortalidade neonatal para pelo menos 12 por mil nascidos vivos e a mortalidade de crianças menores de 5 anos para pelo menos 25 por mil nascidos vivos; c) acabar com as epidemias de AIDS, tuberculose, malária e doenças tropicais negligenciadas, e combater a hepatite, doenças transmitidas pela água, e outras doenças transmissíveis; e d) reduzir em um terço a mortalidade prematura por doenças não transmissíveis via prevenção e tratamento, e promover a saúde mental e o bem-estar”.

Sem a atuação da OMS provavelmente estas metas não serão alcançadas até 2030. Decorrentes dos Objetivos do Milênio até 2015, e renovadas até 2030, provavelmente demandarão mais 15 anos para realizá-los, em objetivos renovados.

Neste momento retirar recursos ou mesmo suspender a contribuição à OMS é um enorme desserviço não somente à Saúde dos brasileiros, mas também do mundo todo, quando estes podem nos oferecer parâmetros, experiência, medicamentos e EPIs para o enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus SARS-Cov-2.

A contribuição do Brasil à OMS significa 2,9% do orçamento do organismo. Pela LOA de 2020, a rubrica “Contribuição à Organização Mundial da Saúde” só dispõe R\$ 946,6 mil. No total, o Brasil deve US\$ 16,1 milhões e SFr 16,3 milhões (francos suíços) à OMS, valores relativos aos anos de 2019 e 2020 (R\$ 167,3 milhões).

Neste sentido, a presente emenda propõe a adoção do presente crédito suplementar (art. 41, Lei 4.320/64 - modalidade de crédito adicional, assim como o especial), no valor de R\$ 166.353.400,00 para reforçar dotação orçamentária insuficiente (insignificante) constante da LOA de 2020 e quitar as dívidas nacionais com a OMS.

